



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF, CEP: 70610-200
Telefone: (61)3214-0268

PROJETO BÁSICO Nº 55/ 2022 - CODEGEP CENSIPAM

1. **OBJETO**

1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 02 (duas) vagas para participação em 10 atividades cada um, nos cursos ofertados pela "**MundoGEOConnect – 12º Conferência e Feira de Geomática e Soluções Geoespaciais**", no evento Drone Show, na modalidade presencial, a ser realizado na cidade São Paulo-SP.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
01	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 02 (duas) vagas para participação em 10 atividades cada um, nos cursos ofertados pela " MundoGEOConnect – 12º Conferência e Feira de Geomática e Soluções Geoespaciais ", no evento Drone Show, na modalidade presencial, a ser realizado na cidade São Paulo-SP.	17663	01	02	R\$ 1.500,00
	VALOR TOTAL	R\$ 3.000,00			

2. **OBJETIVO**

2.1. A capacitação dos servidores/militares está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual desses servidores no desempenho de suas atividades.

2.3. A contratação do evento "**12º Conferência e Feira de Geomática e Soluções Geoespaciais**", visa atender a necessidade da Coordenação Geral de Inteligência - CGINT.

2.4. Sobre o assunto, informo que o evento ora demandado não é ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - (ENAP), no momento, (4819978), por se tratar de uma temática exclusiva.

2.5. Por intermédio do e-mail (4816426), o Coordenador confirmou a necessidade da capacitação, fazendo juntar prospecto informativo do curso, conforme documento em anexo (4820018).

3. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

Evento de Capacitação	MundoGEOConnect – 12º Conferência e Feira de Geomática e Soluções Geoespaciais ,
Período Previsto	17 a 19 de maio de 2022

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO - Modalidade Presencial

17 de maio de 2022 - 09h30 às 12h30

Curso: Regulamentação atual dos drones

Tópicos que serão abordados:

- Introdução às aeronaves remotamente pilotadas
- Classificações e Aplicações
- Legislação e regulamentação
- ANATEL
- ANAC
- DECEA
- MD
- MAPA
- Tipos de operação e suas particularidades
- Voo BVLOS
- Voo de pulverização
- Avaliação de risco operacional
- Cuidados e Boas Práticas

Curso: Inteligência Geográfica na Tomada de Decisões

Tópicos que serão abordados:

- Análise Espacial como diferencial estratégico
- O pensar geográfico
- Ciclo de inteligência Geográfica
- Busca por padrões espaciais
- SIG e os Negócios

- Entendendo e aplicando as categorias de análise da Geografia em decisões de negócios: Lugar, Paisagem, Território , Região e Espaço;
- Interação entre a economia e a geografia econômica;
- Modelos Econômicos espaciais: Von Thünen (1826), Weber (1909) e Chirstaller (1933)
- Informação geográfica estratégica para comunicar decisões
- Como mentir com mapas? E como não ser enganado por um?
- Uma imagem fala mais que mil palavras, um mapa fala mais que mil imagens
- Estatística espacial em processos de decisões complexas
- Os principais aspectos da estatística espacial
- Impacto do ONDE
- Existem padrões no comportamento geográfico de todos os fenômenos
- Cases de aplicações da análise espacial para decisões complexas
- Salvando vidas (resposta e emergência)
- Ganhando guerras (uso militar)
- Expandindo negócios (Geomarketing)
- Entendendo padrões sociais (comportamento eleitoral)
- Melhorando qualidade de vida (Smart City)

Curso: Processamento de Imagens de Drones

Tópicos que serão abordados:

- Conceitos gerais para processamento de imagens obtidas por drones
- Softwares e suas qualidades (Photoscan, Pix4D e Context Capture)
- Uso de pontos de apoio e checagem no processamento de imagens
- Geração e classificação de nuvem de pontos
- Geração de dados TIN, raster e curvas de nível
- Geração de MDT e informações para topografia (perfis, volumetria)
- Geração de MDS e ortomosaicos
- Prevenção e solução de erros e problemas em processamento de imagens
- Avaliação de acurácia e enquadramento na norma INCRA para georreferenciamento de imóveis rurais

17 de maio de 2022 - 14h00 às 18h00

Seminário: Certificação e Registro de Empresas e Drones

Programação:

14h às 15h15 – Impactos da simplificação da certificação de drones classes 2 e 3 na ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil)

- Roberto Honorato – Superintendente de Aeronavegabilidade da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
- Capitão Jean Pierre de Castro Benevides – Chefe da Seção de Planejamento de Sistema de Aeronave Não Tripulada do DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo
- André Arruda – Cofundador da AL Drones

15h15 às 16h30 – Regulamentação para pulverização e controle biológico com drones do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

- Uellen Lisoski Duarte Colatto – Chefe da Divisão de Aviação Agrícola do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Eugênio Schröder – Fundador e Gestor da SC Agro
- André Veiga – Fundador e Gestor da ALSV Agro

16h30 às 17h – Intervalo

17h às 18h15 – Novidades no registro de empresas que usam drones para mapeamento de precisão no MD (Ministério da Defesa)

- Coronel Antônio Henrique Correia – Ministério da Defesa
- Danilo Rodrigues – Fundador e Gestor da GeoSurv Engenharia e Geomática
- Bruno Ferreira – Fundador e Gestor da RASOF Topografia e Engenharia

Moderador: Carlos Galassi – Fundador e Diretor da OCA Drones

Seminário: Cadastro Técnico Multifinalitário para cidades inteligentes

Programação:

14h às 15h15 – O papel fundamental do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) nas Cidades Inteligentes

- George Serra – Consultor da GeoConsult
- Givanildo Silva – Diretor Técnico na Topocart
- Representante do Projeto CITInova – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

15h15 às 16h30 – Sinter e Georreferenciamento de Imóveis Urbanos

- José Renato Alves Gomes – Auditor-Fiscal da Receita Federal
- Artur Caldas Brandão – Universidade do Estado da Bahia – UFBA
- Alessandro Machado – Diretor da ABM Agrimensura

16h30 às 17h – Intervalo

17h às 18h15 – Gêmeos Digitais aplicados a Cidades Inteligentes

- Flavio Yuaça – Superintendente na Prefeitura de Goiânia
- Augusto Carvalho – Especialista em Utilities da Imagem/ESRI
- Juliano Lázaro – Gerente da Hexagon Geospatial

Moderador: Anderson Medeiros – Fundador da ClickGeo

Seminário: GIS & Inteligência Artificial & Big Data

Programação

14h às 15h15 – Ciências de Dados e Análise Espacial para decisões mais inteligentes

- Eduardo de Rezende Francisco – Professor de GeoAnalytics e Chefe do Depto de Tecnologia e Data Science da FGV EAESP
- Carlos Eduardo – Gestor de Advanced Analytics da Imagem/Esri
- Wolmar Cunha Sabino – Arquiteto de Soluções Geoespaciais e Desenvolvimento de Negócios da Hexagon Geospatial

15h15 às 16h30 – GIS & Big Data fazendo a diferença na análise de comportamentos

- Reinaldo Gregori – Fundador e Diretor da Cognatis
- Jefferson Cruz – Especialista em Varejo da Imagem
- Ricardo Pinheiro – Diretor da Here

16h30 às 17h – Intervalo

17h às 18h15 – Novas oportunidades geradas pela integração da Inteligência Artificial com o GIS

- Cesar Diniz – Fundador da Solved
- Álvaro Justen – Fundador da Startup Brasil IO
- Thiago Sailer – Coordenador Comercial Google Maps Platform – Geoambiente

Moderadora: Magaly Oliveira – Coordenadora de Articulação Institucional do Projeto MapBiomias

18 de maio de 2022 - 09h00 às 12h30

Curso: Georreferenciamento de Imóveis rurais

Tópicos que serão abordados:

- Sobre o Georreferenciamento
 - Importância do Georreferenciamento para o Brasil e para os proprietários de imóveis rurais
 - Diferença entre precisão e acurácia
 - Reocupação de marcos certificados
 - Utilização de vértices virtuais (quando utilizar e métodos para obtenção dos mesmos)
 - Anuência dos confrontantes (como agir em caso de recusa da anuência)
 - Usucapião e a certificação – quando e como certificar
- SIGEF – Desmembramento e Remembramento de Imóveis Rurais
 - Documentação necessária para o SIGEF e para o registro de imóveis
 - Diferença entre a área do perímetro e as áreas do desmembramento
 - Como proceder no SIGEF (imóveis certificados antes e após a 3ª Norma Técnica)
 - Casos de sobreposição – as dificuldades encontradas pelos profissionais – prejuízo para os proprietários
- Georreferenciamento e o profissional
 - Precificação: como andam os preços do Geo?
 - As dificuldades encontradas no campo, escritório e cartório
 - Como apresentar uma proposta digna e respeitada
 - Importância e elaboração do contrato
 - Como captar clientes
 - O que anda sendo feito para separar “o joio do trigo” no Geo?
- Notas devolutivas do Registro de Imóveis quando da solicitação de averbação do Geo
 - Apresentação e estudo de vários casos reais, a fim de evitar erros
- Uso de drone no Georreferenciamento
 - Como andam os trabalhos com drones no Georreferenciamento?
 - Principais obstáculos encontrados

Curso: Inspeções com Drones

Tópicos que serão abordados:

- Inspeções com drones na Construção Civil, Usinas Solares, Linhas de Transmissão, Barragens, Emissões de Gases na Indústria
- Oportunidades Para Inspeções e Vistorias de Fachadas com Drones
- Regulamentação vigente para RPAS (drones) focada nas atividades de inspeções de ativos
- Principais atividades do fluxo de trabalho com RPAS da inspeção ao relatório técnico
- Riscos durante a operação de inspeção como mitigá-los
- Anomalias que podem ser analisadas a partir de dados coletados por RPAS e seus sensores
- Modelos e marcas de RPAS mais utilizados para inspeções
 - Avaliação por sensor, resolução, distância focal, dimensão da imagem, GSD cm/pixel, obturador, sensor de obstáculo, autonomia, redundância controlador de voo, redundância na navegação, redundância comunicação, redundância bateria, sensor duo, blindagem eletromagnética, custo, peso, RTH inteligente, Resistência ao Vento.
- Receptor ADS-B, aplicativos de plano de voo.
- Aerofotogrametria – conceitos e definições aplicada às inspeções
- Como calcular a resolução dos pixels da imagem na fachada? Ou a distância?
- Como estimar o número de imagens coletadas numa inspeção?
- Considerações sobre sensores embarcados em RPAS para fins de inspeções prediais
- Câmeras Termiais
- Produtividade nos serviços com drones para fins de inspeções prediais
- Metodologias
- Planos de voos para inspeções prediais
- Coleta de dados manual e automatizada
- A PLATAFORMA H3ZOOM para inspeções
- Software de planos de voos UGCS

Curso: Drones no setor Agroflorestal

Tópicos que serão abordados:

- Estudo de caso 1 – Cana de açúcar
 - Cálculo de volume de bagaço de cana
 - Análise de topografia, fluxo de enxurrada, definição de pontos críticos de erosão, projeto de terraços e de escoamento superficial difuso
 - Restituição de linhas de plantio para projeto logístico de tiro de colheita e georreferenciamento de colheita automática
 - Localização de falhas de plantio pelo método de Stolf
 - Matologia – identificação e tratamento de invasoras no pós emergência e pré plantio
 - Tratamento com pulverização com drones em catação
- Estudo de caso 2 – Silvicultura, Citricultura e Cafeicultura
 - Contagem de indivíduos
 - Cálculo de diâmetro de copa
 - Cálculo de falhas de plantio
 - Análise fitossanitária
- Estudo de caso 3 – Grãos
 - Contagem de plantas
 - Falha de plantio
 - Reguladores de crescimento
 - Desfoliantes
 - Cálculo de necessidade de nitrogênio e avaliação de resultados na aplicação de nitrogênio
 - Análise fitossanitária (ex. nematóides, mosaico de trigo, ferrugem de cabeça, etc)
 - Matologia (identificação e tratamento de invasoras)
 - tratamento em área total e a taxa variável com drones

18 de maio de 2022 - 14h00 às 18h00

Seminário: Monitoramento & Inspeções**Programação:****14h às 15h15 – Monitoramento de grandes obras de Engenharia (pontes, barragens, etc)**

- Rodrigo Eger – Gerentes de Produtos – Santiago e Cintra Geotecnologias
- Boaz Teixeira – Consultor da CPE Tecnologia
- Renata Purger Brasil – Gerente do Segmento de Captura da Realidade Brasil na Leica Geosystems

15h15 às 16h30 – Inspeções de estruturas lineares (oleodutos, linhas de transmissão, estradas, etc)

- Miguel Carballido Vazquez – Fundador e Diretor da Metro Cúbico Engenharia
- Roberto Santos Ramos – Diretor de Operações da Global Drones
- Fernando Ribeiro – Pesquisador Depto de Engenharia de Transportes da Poli – USP

16h30 às 17h – Intervalo**17h às 18h15 – Inspeções em edificações (indústrias, fachadas instalações indoor, etc)**

- Pierre Verardi Ramos – Fundador e CEO da xd4solutions
- Osvaldo Gímenes – Diretor da Panorama.id
- George Longhitano – Diretor da G drones

Moderador: Emílio Hoffmann – Diretor de Negócios da H3 Dynamics no Brasil**Seminário: Agricultura & Sivicultura de precisão****Programação:****14h às 15h15 – Opções de plataformas para coleta de dados em campo (orbitais, aerotransportadas, etc)**

- Gustavo Victorio – Auditor Fiscal da SEFAZ-MA e gerente do Projeto do SIFMA (Sistema de Fiscalização e Monitoramento do Agronegócios)
- Giovanni Amianti – Fundador do Grupo XMobots
- Iara Musse – CEO da SCCON Geospatial

15h15 às 16h30 – Processamento, análise e apresentação dos dados

- Maurício Campiteli – Gerentes de Produtos da Santiago e Cintra Geotecnologias
- Michael Steinmayer – Fundador da Sulsoft
- Erik de Badts – Micasense América Latina

16h30 às 17h – Intervalo**17h às 18h15 – Aplicações e resultados da pulverização e controle biológico com drones**

- André Veiga – ALSV Agro Drone Pulverização
- Ulf Bogdawa – CEO da SkyDrones Tecnologia Avionica
- Lúcio André de Castro Jorge – Pesquisador da Embrapa Instrumentação

Moderador: Eugênio Passos Schröder – Fundador e Diretor da SC agro

19 de maio de 2022 - 09h00 às 12h30

Curso: Aerolevantamentos com Drones**Tópicos que serão abordados:**

- Tipos de Drones e Câmeras para Aerolevantamento
- Softwares utilizados:
 - Softwares de planejamento de missão
 - Softwares de processamento para geração de ortomosaicos e MDS
 - Softwares de tratamento de dados
- Definição da quantidade e da distribuição dos pontos de apoio
- Definição da escala do levantamento
- Levantamentos com Drones que possuem RTK embarcado
- Processamento dos dados
- Edição e avaliação da qualidade dos ortomosaicos gerados
- Geração de curvas de nível
- Extração de feições
- Avaliação dos modelos segundo PEC (Padrão de Exatidão Cartográfica)

Curso: Pulverização com Drones**Tópicos que serão abordados:**

- Mercado agro do século 21 – Quais são as novas oportunidades a explorar? Onde os drones entram neste mercado?
- Drones de aplicação agrícola – Como escolher o melhor equipamento para cada cultivo? Diferenças entre aplicações via líquida e aplicações de sólidos?
- Voar e aplicar com drones – Duas coisas diferentes, mas igualmente importantes. Voar bem não garante uma boa aplicação. Conhecer pulverização tradicional não garante sucesso com drones.
- Tecnologia de aplicação – Entendendo os segredos para aplicações mais seguras. Drones são aeronaves, fazem aplicações aéreas. Mas têm características diferentes dos aviões agrícolas.
- Minha empresa de drones – Como montar um negócio de sucesso? O que fazer primeiro: comprar o drone ou montar a empresa? Quanto é necessário investir para prestar serviços com drones agrícolas?

Curso: Topografia 3D & Lidar**Tópicos que serão abordados:**

Captura da realidade
 Levantamento tridimensional
 Conceito de Digital Twin
 Lidar – conceitos, tipos, precisões
 Tipos de plataformas – Aplicações
 Potenciais mercados – ampliação de oferta
 Comparativo de custos (exemplo)

19 de maio de 2022 - 14h00 às 18h00

Seminário: Monitoramento Ambiental**Programação:****14h às 15h15 – Tecnologias de coleta e integração de dados usando drones e/ou satélites**

- Iara Musse – CEO da SCCON Geospatial/Planet
- Moises Salgado – CTO da Agrosatélite

- Manuel Ferreira – Professor do Instituto de Estudos Socioambientais e Pesquisador do LAPIG/UFG
- 15h15 às 16h30 – Inteligência artificial no monitoramento ambiental**
- Soltan Galano – Diretor Técnico da GEODATIN
- Ane Alencar – Diretora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM
- Carlos Souza – Coordenador do Centro de Geotecnologias do IMAZON
- 16h30 às 17h – Intervalo**
- 17h às 18h15 – Plataformas de dados de uso da terra e alertas de ilícitos ambientais**
- Thiago Rodrigues – Gerente de Projetos e Desenvoltimentos de Soluções na Visiona Tecnologia Espacial
- Marcos Rosa – Coordenador Técnico do Projeto MapBiomass
- Representante da Polícia Federal

Moderadora: **Ane Alencar** – Diretora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM

Seminário: Precisão na Captura da realidade

Programação:

- 14h às 15h15 – A revolução da coleta de dados com Lidar (fixo, móvel, aerotransportado)**
- Romain Silbergers – GeoCue Group
- Luis Antônio de Lima – Diretor Técnico – Fototerra Atividades de Aerolevantamentos
- Fernando Pena – Coordenador de Geoprocessamento da Strata Engenharia
- 15h15 às 16h30 – Coleta de dados de alta precisão com sensores ópticos e suas múltiplas aplicações**
- Antônio Jorge Furquim – Engenheiro Cartógrafo – Esteio Engenharia
- Leonardo Ercolin Filho – Professor da Universidade Federal do Paraná e Coordenador do Centro de Pesquisas Aplicadas em Geoinformação (CEPAG)
- Emanuele Traversari – Consultor Internacional – Drone to Business
- 16h30 às 17h – Intervalo**
- 17h às 18h15 – Integração de dados e visualização 3D/RV/RA/Metaverso**
- Patricia Procópio – Fundadora e CEO da XR.Lab
- Gustavo Esteves – Gerente de Prontidão Operacional da Vale
- Ramon Araújo – Coordenador de Espeleologia da Vale

Moderadora: **Patricia Procópio** – Fundadora e CEO da XR.Lab

Ambiente	Este evento será realizado na modalidade presencial, no Centro de Convenções Frei Caneca, em São Paulo - SP. Endereço: R. Frei Caneca, 569 - Bela Vista, São Paulo - SP, 01307-001
Público Alvo:	Fabricantes e importadores de drones, tecnologia embarcada, plataformas de processamento de dados, além de prestadores de serviços, entidades reguladoras, universidades, startups, usuários públicos e privados destas tecnologias.
Objetivo:	Apresentar as melhores soluções de mapeamento, inspeções e pulverização com drones, entre outras aplicações nas áreas de Agricultura, Florestal Ambiental, Cidades Inteligentes, Defesa, Energia, Rodovias, Ferrovias, Portos, Aeroportos, Mineração, Óleo & Gás, Segurança, entre outras. Outros focos importantes do evento são apresentar e debater os impactos no mercado das principais novidades relacionadas aos temas regulatórios envolvendo a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), MD (Ministério da Defesa) e MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

3.1. A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2022 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.

4. **PÚBLICO ALVO**

4.1. A capacitação destina-se aos militares relacionados abaixo:

Nome	CPF	SETOR
Eduardo José de Carvalho	***.808.076-**	CGINT
Igor Deodoro Sousa Lisboa	***.864.770-**	CGINT

4.2. Ressalta-se que por força da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), os “Dados” dos servidores não poderão, em nenhuma hipótese e sob nenhuma circunstância, ser alterados, tratados, transmitidos, repassados, disponibilizados, cedidos, vendidos, emprestados, divulgados e/ou de qualquer outra forma levados a conhecimento de terceiros.

5. **CRITÉRIO DE CONTROLES E REGISTROS A SEREM ADOTADOS**

- 5.1. Certificado de participação em cada evento, será entregue mediante comprovação de presença.
- 5.2. Caberá ao Setor de Contratos (SECONT) encaminhar a Nota de Empenho à empresa contratada, quando essa for emitida.
- 5.2. A Contratada irá disponibilizar a emissão dos certificados dos participantes após o termino do Evento;

6. **VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS**

- 6.1. Os resultados serão averiguados mediante:
 - 6.1.1. Análise da ficha de avaliação a ser preenchida pelos participantes; e
 - 6.1.2. Atuação dos participantes em seu respectivo ambiente de trabalho.

7. **JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA**

- 7.1. O evento será realizado pela empresa MUNDOGEO EVENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, responsável também pelo recebimento das inscrições, CNPJ nº 03.294.888/0001-00, com valor individual do curso para cada participante R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), totalizando R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme documento anexo (4819970).
- 7.1.1. O MundoGEOConnect – 12º Conferência e Feira de Geomática e Soluções Geoespaciais: É o maior e mais importante evento do setor na América Latina. Desde sua primeira edição, em 2011, tem como proposta proporcionar um novo tipo de experiência de interatividade entre especialistas, acadêmicos, estudantes, usuários e empresários do setor, usando modelos inovadores de mapeamento de demandas e conteúdos de maior interesse através de pesquisas online, captação de conteúdo das apresentações e modelos dinâmicos de debates e palestras, onde se privilegia a troca de ideias e a interação entre os participantes e os debatedores.

7.1.2. Ainda, por se verificar que os conteúdos programáticos disponibilizados nas ementas dos cursos ofertados pelo "**MundoGEOConnect – 12ª Conferência e Feira de Geomática e Soluções Geoespaciais**" possuem grande conformidade com as demandas do trabalho executado pela Área demandante da respectiva capacitação;

7.2. As diversas atividades do MundoGEO 2022 (cursos, fóruns, seminários, workshops, encontros de usuários e feira de produtos e serviços) apresentam uma grade atrativa para iniciantes, especialistas, usuários e tomadores de decisão, de toda a América Latina, que utilizam as soluções geoespaciais. Tudo isso num ambiente descontraído e propício para atualização profissional, ampliação da rede de contatos e conhecimento de soluções inovadoras.

7.2.1. O evento é o ideal para quem trabalha com agrimensura, cadastro técnico, mapeamento, imagens de satélite, GIS, geoprocessamento, geomarketing, serviços de localização e soluções geoespaciais em geral. Promover, incentivar e divulgar o estudo e a pesquisa da Meteorologia em todos os seus aspectos;

7.2.2. A edição deste ano vai oferecer cursos, seminários e uma feira de tecnologia, e tem como foco principal apresentar as melhores soluções de mapeamento, inspeções e pulverização com drones, entre outras aplicações nas áreas de Agricultura, Florestal, Ambiental, Cidades Inteligentes, Defesa, Energia, Rodovias, Ferrovias, Portos, Aeroportos, Mineração, Óleo & Gás, Segurança, entre outras.

7.2.3. Outros focos importantes do evento são apresentar e debater os impactos no mercado das principais novidades relacionadas aos temas regulatórios envolvendo a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), MD (Ministério da Defesa) e MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

7.2.4. Este evento, organizado pela MundoGEO, acontece de forma presencial desde 2015 anualmente em São Paulo (SP). A última edição presencial foi realizada em 2019 com mais de 3.800 participantes de todo o Brasil e exterior. Em 2020 e 2021 o evento foi realizado no formato 100% online devido à pandemia.

7.2.5. Em paralelo ao DroneShow 2022 acontecem, no mesmo local, outros dois eventos com grande sinergia: o [MundoGEO Connect](#), sobre geotecnologias; e o [SpaceBR Show](#), sobre a cadeia produtiva do setor e as soluções que vêm do espaço.

7.2.6. A MUNDOGEO tem o propósito de disseminar conhecimento, estimular a inovação e fomentar novos negócios nos setores: espacial, drones e geotecnologias. Os conteúdos estão no portal MundoGEO, nas redes sociais e realizando eventos (online, presenciais e híbridos) próprios ou sob demanda.

7.2.7. Ainda, por se verificar que o conteúdo programático disponibilizado na ementa do curso possui grande conformidade com as demandas do trabalho executado pela área solicitante da respectiva capacitação;

7.2.8. Em razão do alto gabarito dos palestrantes que irão ministrar o Curso em conformidade com o que consta no site <https://mundogeoconnect.com/2022/programacao/>:

7.2.9. **Lucas Florêncio** - Sócio cofundador da AL Drones. Engenheiro Aeronáutico pela Escola de Engenharia de São Carlos da USP. Com MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV) e MBA em Inovação e Empreendedorismo (Ufscar). Possui experiência em manutenção e aeronavegabilidade de aeronaves comerciais da Boeing, Airbus e Embraer, além de projeto e certificação de aeronaves da aviação geral de 2 a 5 assentos. Atua no mercado de drones a 5 anos buscando profissionalizar o setor e impulsionar os benefícios que essas aeronaves podem trazer para a sociedade..

7.2.10. **Julio Ribeiro** - Graduação e Mestrado em Geografia. Experiências profissionais nos campos da licenciatura, bacharelado e empreendedorismo. Atualmente é CEO do Grupo HUBSE, sendo este responsável pelo Instituto GEOeduc e AcademiaGIS Imagem/Esri BR. Fundador/presidente da APROGEO-MG. Experiência docente nas universidades UniBH, UNA e PUCMinas, São Judas Tadeu, Facens e FGV. Coordenou o curso de Geografia e foi diretor do Instituto de Engenharia e Tecnologia. Atuou como gerente de marketing na Imagem/EsriBR. Principais áreas de interesse: Educação, Análises espaciais e Smart Cities.

7.2.11. **George Longhitano** - Diretor da G drones, é geógrafo e mestre em geoprocessamento pela USP. Estuda e desenvolve aplicações de drones em mapeamentos desde 2005. Possui experiência de doze anos como coordenador de projetos e de nove anos como professor de cursos de graduação e pós-graduação de disciplinas de VANT e drones, sensoriamento remoto, geoprocessamento e cartografia.

7.2.12. **Carlos Galassi** - Fundador e Diretor da OCA Drones.

7.2.13. **Anderson Medeiros** - Fundador da ClickGeo.

7.2.14. **Magaly Oliveira** - Coordenadora de Articulação Institucional do Projeto MapBiomass.

7.2.15. **Margarete Maria José de Oliveira** - cursou Geoprocessamento no Instituto Federal de Goiás (IFG) e diversos cursos e seminários ligados à área de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, Imagens de Satélite, Cadastro Ambiental Rural (CAR), dentre outros. É sócia-fundadora da empresa TGR Treinamentos, onde atua como instrutora de cursos teóricos e práticos na área de montagem de processos para Georreferenciamento e Certificação de Imóveis Rurais, levantamento em campo utilizando GPS e RTK, Reserva Legal, CAR, entre outros. Trabalha há mais de seis anos com Georreferenciamento de Imóveis Rurais e montagem de processos de Georreferenciamento e Reserva Legal, atendendo pessoas físicas e jurídicas de diversos estados do Brasil. Participa como palestrante na conferência MundoGEO#Connect LatinAmerica, em seminários online MundoGEO e como articulista na revista MundoGEO, sobre o tema Georreferenciamento e Certificação de Imóveis Rurais.

7.2.16. **Emílio Hoffmann** - Engenheiro eletricista pela UFPR, autor do livro A Era do Hidrogênio, das Energias Renováveis e Células a Combustível, e pós-graduando em RPAs (Drones) e VANTs em Aplicações Cívicas e Comerciais – PUCPR. É co-fundador e diretor de operações na América Latina da H3 Dynamics, empresa com sede matriz em Cingapura e que desenvolve soluções disruptivas que convergem diversas áreas da tecnologia, tais como: células a combustível a hidrogênio ultraleves para drones de longa autonomia, plataformas robóticas para automação de missões remotas de drones, e plataformas de inteligência artificial para processamento dos dados coletados por drones. Também é diretor de desenvolvimento de negócios da H3ZOOM.AI (inteligência artificial) e da HES Energy Systems (células a combustível H2) na América Latina, ambas subsidiárias da H3 Dynamics. É fundador da Brasil H2, empresa fundada em 2003 e dedicada às tecnologias de células a combustível para diversas aplicações.

7.2.17. **Giovani Amianti** - Engenheiro mecânico formado pela Poli-USP e mestre em sistemas aviônicos de RPAS pela Poli-USP. Iniciou o desenvolvimento de drones em 2004 e em 2007 fundou a XMobots. Esteve à frente de projetos já consagrados no mercado nacional de RPAS, como os drones Nauru 500x, que foi o primeiro avião não tripulado privado do Brasil autorizado a voar pela ANAC além do Echar 20x recentemente utilizado pelo INCRA para georreferenciamento de imóveis rurais e Arator 5x que se consolidou no mercado sucroalcooleiro. Atualmente é o CEO da XMobots, considerada uma das líderes na América Latina do segmento de Drones para Agricultura.

7.2.18. **Emílio Hoffmann** - Diretor de Negócios da H3 Dynamics no Brasil.

7.2.19. **Eugênio Passos Schröder** - Fundador e Diretor da SC agro

7.2.20. **Maurício Campiteli** - Gerente de Produto VANT na Santiago & Cintra Geo-Tecnologias, Engenheiro Cartógrafo formado na FCT UNESP de Presidente Prudente. Trabalha com mapeamento aéreo com RPA desde 2015, tanto na área de capacitação como em projetos de aerolevantamento para grandes obras de engenharia.

7.2.21. **Eugênio Passos Schröder** - Engenheiro agrônomo, doutor em fitossanidade, fundador e diretor da Schröder Consultoria Agro, SC agro, com duas décadas de atuação em tecnologia de aplicação aérea. Trabalhou em empresas agroquímicas, aviação agrícola e foi professor na Faculdade de Agronomia da UFPEL. Realiza validação agrônoma de drones multirrotor, criou o primeiro curso para pilotos de drones de aplicações agrícolas, e coordena a Rededrones, que congrega empresas de prestação de serviço com drones agrícolas.

7.2.22. **Boaz Teixeira** - Consultor especialista na CPE Tecnologia. Mais de 20 anos de experiência com captura da realidade e emprego de laser scanner nos mais diversos mercados. Um dos precursores da introdução de laser scanner no Brasil.

7.2.23. **Ane Alencar** - Diretora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM.

7.2.24. **Patrícia Procópio** - Fundadora e CEO da XR.Lab.

7.3. Descrição das atribuições regimentais conforme Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 39, de 25 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, a seguir:

Servidor	Cargo/função	Atribuições da Coordenação-Geral de Inteligência - CGINT
Eduardo José de Carvalho	Supervisor RMA V	I - propor diretrizes, planejar, coordenar e implementar ações relativas à operações de campo no âmbito do Censipam; II - obter dados e avaliar situações que venham impedir ou dificultar a cc objetivos estabelecidos para o Censipam; III - supervisionar a inclusão de dados de interesse da inteligência no bar IV - propor, orientar, coordenar e avaliar os procedimentos da segurança organizacionais do Censipam; e V - aprovar projetos básicos, termos de referência e estudos técnicos pre de sua área de competência.
Igor Deodoro Sousa Lisboa	Supervisor RMA V	

7.4. Determina a Lei nº 8.666, de 1993, art. 25, II, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

7.5. Com relação à contratação direta fundamentada no art. 25, inc. II, da Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU: "A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

7.6. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 25, II, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

7.7. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

7.8. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponha, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

7.9. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439/1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

7.10. Na esteira do entendimento fixado pela Corte de Contas, cumpre ressaltar que a Advocacia-Geral da União – AGU expediu orientações normativas, as quais são vinculantes para os órgãos jurídicos da Administração Pública. Dentre as orientações, destaca-se a de nº 18, de 1º de abril de 2009, que assim dispõe:

"Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista."

7.11. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993:

7.11.1. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 13 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

7.11.2. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

7.11.3. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: "É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição". Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado.

7.12. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas. Nesse sentido se manifestou o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 819, de 2005 do Plenário:

"Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993."

7.13. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439/98)."

7.14. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado na proposta técnica da empresa para cada inscrição na modalidade presencial o valor é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), totalizando 3.000,00 (três mil reais) demonstrando assim sua publicidade e veracidade.

7.15. Para comprovação da razoabilidade do preço praticado pela empresa, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, faz-se juntar Nota de Empenho emitida em favor da empresa a ser contratada (4819970).

7.16. Para sustentação da notoriedade da entidade, foi encaminhado Declaração de Exclusividade, demonstrando mais uma vez, sua notória especialização conforme documento anexo (4819970).

7.17. Relevante registrar que em 09 de agosto de 2018 foi publicado a Orientação Normativa nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD que em seu capítulo IV determina a realização de pesquisa de preço no tocante a capacitação no seguinte sentido:

Art. 12. Nas demais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas nos incisos III a XXXIV do art. 24 e no art. 25, da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser observados os seguintes aspectos, no que toca ao preço:

I - os respectivos processos deverão conter obrigatoriamente, dentre outros elementos, a justificativa do preço a ser contratado, de acordo com previsão expressa no inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993;

II - nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, a justificativa do preço deverá amparar-se, quando possível, na comparação entre o preço inscrito na proposta atual da empresa/do profissional e o preço por esta/este praticado em contratações anteriores, seja com a Administração Pública ou com particulares, desde que envolvam o mesmo objeto ou outro similar.

Parágrafo único. Nos casos de contratações de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a decisão de escolha da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Gerência de Gestão de Pessoas deverá recair sobre a empresa que melhor atender às necessidades desta administração central, sem prejuízo da observância aos incisos I e II do *caput* deste artigo.

8. DADOS BANCÁRIOS

A empresa encaminhou os dados bancários para a realização do pagamento:

Banco Itaú (341)

Agência - 3707

Conta corrente - 21105-2

9. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Razão Social	MUNDOGEO EVENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ	CNPJ: 03.294.888/0001-00
Endereço	Rua Doutor Nelson Lins D Albuquerque, 110, Bom Retiro, Curitiba-PR, CEP 80.520-430

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Responsabiliza-se pelo pagamento dos facilitadores e o fornecimento de material didático e de apoio para o aluno;

10.2. Responsabiliza-se pelos recursos necessários para realização dos cursos;

10.3. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

10.4. Fornecer os certificados aos participantes inscritos presentes nas atividades desse evento ;

10.5. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto do Projeto Básico;

10.6. Comunicar com 7 (sete) dias úteis de antecedência do início dos cursos, o cancelamento ou adiamento dos mesmos; e

10.7. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Responsabiliza-se pelas inscrições dos participantes;

11.2. Exercer a fiscalização do serviço;

11.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

11.4. Encaminhar a nota de empenho a Contratada, quando essa for emitida; e

11.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Ademais conforme e-mail (4821654) a Coordenação de Orçamento e Finanças informa que existe disponibilidade orçamentária conforme a seguir:

a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional

b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia

c. Fonte: 100

d. Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos

e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633

f. Natureza da Despesa: 33903948 - Serviços de Seleção e Treinamento

g. Código do PTA/2021: 049/22 Capacitação

13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, uma vez que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico;

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.5.1. o prazo de validade;

13.5.2. a data da emissão;

13.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

13.5.4. o período de prestação dos serviços;

13.5.5. o valor a pagar; e

13.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.7.1. não produziu os resultados acordados;

13.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

13.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a CONTRATADA que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

14.1.5. cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2. **Multa de**: 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.2.4. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.2.5. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida; e

14.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos;

14.2.8. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Projeto Básico; e

14.3.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.9.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.9.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. **ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**
- 15.1. Encontram-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:
- 15.1.1. Folder MUNDOGEO EVENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.(4820018)
- 15.1.2. Declaração de Exclusividade (4819970)
- 15.1.3. E-mail com indicação de servidores (4816426)
- 15.1.4. Declaração de que não emprega menores (4819970)
- 15.1.5. Termos de Compromisso Individual (4821110 e 4821312)
- 15.1.6. Contrato social e comprovante de conta corrente (4819970)
- 15.1.7. Nota de empenho encaminhada pela empresa (4819970)
- 15.2. Diante do exposto, sugiro que a presente contratação seja amparada pelo inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13 da Lei nº 8.666, de 1993, a saber:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição em especial:

[...]

II. Para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicação e divulgação;

[...]

Art. 13. Para fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

VI. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

15.3. Quanto à necessidade de se cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF, a entidade MUNDOGEO EVENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA encaminhou declaração onde atesta não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezois anos, de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358, de 2002. (4819970).

15.4. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação direta com valor inferior ao limite previsto nos incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993 não exige a publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, segundo a Orientação Normativa AGU nº 34, de 13 de dezembro de 2011. E, não menos importante, não será obrigatória a manifestação jurídica nas contratações fundadas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II da Lei de Licitações, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014.

Elaborado por:

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA
Assessora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Submeto o assunto à consideração do Senhor Diretor de Administração e Finanças, solicitando autorização para proceder à contratação pretendida.

IVO BARBOSA EITE
Coordenador de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 7º, §2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Coordenador-Geral de Administração e Finanças
Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993. Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças

"Bicentenário da Independência - Soberania é Liberdade"



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Netto Guerra Caixeta, Assessor(a)**, em 29/04/2022, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Barbosa Leite, Coordenador (a)**, em 29/04/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Diretor(a), substituto(a)**, em 03/05/2022, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **4976744** e o código CRC **B9EE1953**.